

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA  
Curso de Pedagogia

**TRAJETÓRIA DOS ACADÊMICOS INDÍGENAS DO INSTITUTO DE  
EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E AMBIENTE (IEAA)**

Humaitá-AM  
2020

ROSIMERI BARRETO ACKERMANN

**TRAJETÓRIA DOS ACADÊMICOS INDÍGENAS DO INSTITUTO DE  
EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E AMBIENTE (IEAA)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado a Universidade Federal do Amazona (UFAM), Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA), como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia. Orientadora: Professora Dra. Eulina Maria Leite Nogueira.

Humaitá-AM  
2020

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A182t Ackermann, Rosimeri Barreto  
Trajetória dos acadêmicos indígenas do Instituto de Educação  
Agricultura e Ambiente (IEAA) / Rosimeri Barreto Ackermann . 2020  
28 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Eulina Maria Leite Nogueira  
TCC de Graduação (Licenciatura Plena em Pedagogia) -  
Universidade Federal do Amazonas.

1. Desafios. 2. Alunos. 3. Pesquisa. 4. Alunos indígenas. 5.  
Cultura indígena. I. Nogueira, Eulina Maria Leite. II. Universidade  
Federal do Amazonas III. Título

ROSIMERI BARRETO ACKERMANN

**TRAJETÓRIA DOS ACADÊMICOS INDÍGENAS DO INSTITUTO DE  
EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E AMBIENTE (IEAA)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) submetido a Comissão Examinadora designada pelo Curso de Graduação em Pedagogia em 05/12/2020 como requisito parcial para obtenção de Título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em 05 de dezembro de 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

*Eulina Nogueira*

Orientadora: Professora. Dra. Eulina Maria Leite Nogueira

*Angela*

Membro: Angela Maria Gonçalves de Oliveira

*Maria de Fátima dos Santos Mendonça*

Membro: Maria de Fátima dos Santos Mendonça



## TRAJETÓRIA DOS ACADÊMICOS INDÍGENAS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E AMBIENTE (IEAA)

### Resumo

Este trabalho foi desenvolvido na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) Campus humaitá, com intuito de abordar e entrevistar os alunos que se consideram indígenas e que estão matriculados no instituto, com a temática **trajetória dos acadêmicos indígenas do instituto de educação, agricultura e ambiente** que surgiu através de um projeto de PIBIC onde houve a realização de entrevista narrativa para coleta de dados. A presente proposta de pesquisa tornou-se bastante relevante pois proporcionou uma reflexão crítica acerca da trajetória, dificuldades e perspectivas de futuro de alunos indígenas que frequentam o curso no IEAA/UFAM, com o intuito de provocar debates entorno da cultura indígena.

**Palavras-chave:** Desafios; Alunos; Pesquisa;

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de um Projeto de Iniciação Científica realizado na Universidade Federal do Amazonas no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA, tem por finalidade fazer uma abordagem da questão indígena com estudantes matriculados no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente IEAA em 2018. Para isso realizamos uma pesquisa quantiquantitativa através de entrevista narrativa com os acadêmicos do IEAA.

A temática indígena é muito recorrente no nosso cotidiano acadêmico, seja durante algumas aulas ou disciplinas, seja em alguns eventos que essa temática está presente ou em discussões sobre situações que envolvam a questão indígena. Mas, ainda assim, percebemos que diariamente a questão indígena está, quase sempre, vinculada a uma visão “estereotipada” do indígena, nunca como um sujeito dotado de cultura, conhecimentos, participação e direitos conquistados .

Na grande maioria das vezes de forma preconceituosa e discriminatória, enfatizando a condição de ser indígena como algo negativo para a sociedade brasileira, sem considerar os aspectos relevantes da cultura dos diversos povos indígenas do Brasil.

Como estudante do curso de Pedagogia convivo com alguns alunos indígenas, alguns falam com facilidade de ser indígena outros sentem dificuldades devido situações de constrangimento que ocorre, tanto em sala de aula como nos espaços coletivos, decorrente de comentários extremamente pejorativos e preconceituoso.

No IEAA já participei de alguns eventos relacionados a temática indígena e participo do NEABI- Núcleo de Estudos e Pesquisas afro-brasileiros e Indígenas, essa temática faz parte dos estudos que são realizados com a participação de alunos, professores, técnicos administrativos e comunidade externa. Neste grupo participa dois indígenas Tenharin. Além disso, tenho participado de diversas atividades nas aldeias Tenharin e Parintintin desenvolvida pelo NEABI.

Apesar da Lei Nº 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e indígena, em todas as escolas da educação básica e nos cursos de formação de professores, ainda são incipientes o reconhecimento e a

valorização dos conhecimentos tradicionais e da contribuição dos Povos Indígenas para a formação do povo brasileiro.

Essa pesquisa teve como objetivo analisar a trajetória acadêmica dos alunos indígenas do IEAA/UFAM considerando os desafios enfrentados do ser universitário e as expectativas de futuros. Neste sentido, a presente proposta de pesquisa torna-se bastante relevante pois irá proporcionar uma reflexão crítica acerca da trajetória, dificuldade e perspectiva de futuro de alunos indígenas que frequentam o curso no IEAA/UFAM, com o intuito de provocar debates entorno da cultura indígena. Além disso, faz-se necessário a divulgação dos resultados desta pesquisa para que possa suscitar novos estudos e debates sobre a temática entre os universitários do IEAA/UFAM. Assim buscou-se identificar os alunos indígena regularmente matriculados no IEAA para aprofundar conhecimentos sobre a cultura indígena; compreender sua trajetória de vida enquanto ser universitário indígena e Identificar as suas perspectivas de futuro e as relações com sua etnia.

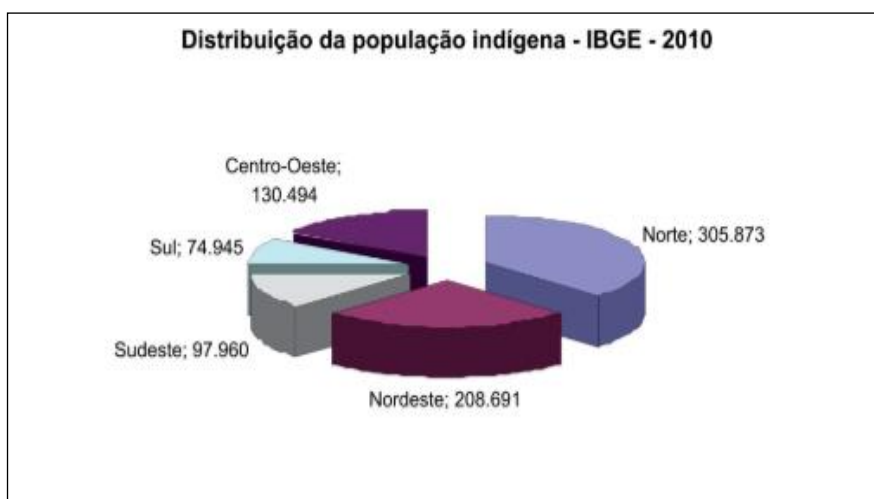


## 2. O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL E O ACESSO AS UNIVERSIDADES

A população indígena brasileira vem crescendo ao longo do tempo atualmente representa 0,4% da população brasileira segundo dados do IBGE (2010), conforme demonstra quadro abaixo, esses dados demonstram que a maior parte da população indígena se concentra na zona rural. Os que se encontram fora das terras indígenas estão mais concentrados na zona urbana.

Pode-se dizer que atualmente os povos indígenas estão distribuído em todas as regiões do país, com 817.963 mil são indígenas, representando 305 diferentes etnias, com registro de 274 línguas indígenas como podemos verificar no gráfico abaixo.

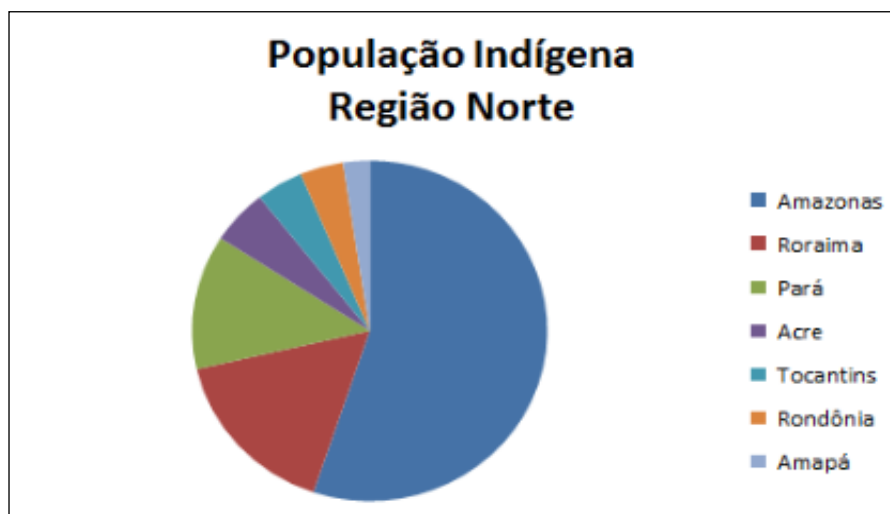
Quadro 1 – Distribuição da População Indígena



Fonte: Dados do IBGE (2010)

Como podemos constatar a região norte concentra a maior parte da população indígena do país, distribuída nos sete Estados da federação, o Estado do Amazonas aparece com a maior população com 168,7 mil indivíduos, tornando o Estado do Amazonas o mais indígena da federação, conforme gráfico abaixo.

Quadro 2 – População Indígena por Região



Fonte: Dados do IBGE (2010)

Neste sentido, podemos perceber que a população indígena está inserida em todos os estados do Brasil onde pode-se afirmar que o Brasil é um país pluricultural. Neste sentido, faz necessários a implementação de políticas públicas que garantam o acesso, permanência e continuidade de oferta de educação, saúde e território para os povos tradicionais brasileiros. Pois como sabemos eles não tem as mesmas condições de vida de alguém que mora na zona urbana como acesso a saúde e educação fácil.

Com relação à educação, durante séculos o Brasil destinou uma educação voltada para inserir o indígena na sociedade brasileira, não considerando suas culturas, organização social, política e econômica. A partir da década de 1970, começa um movimento dos povos indígenas em busca de reconhecimento e valorização de suas culturas e modos próprios de vida.

Em decorrência do movimento de luta dos povos indígenas, foi assegurado na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a garantia de uma educação bilíngue, intercultural e diferenciada de acordo com cada povo. Isso favoreceu abrindo novos horizontes e dando oportunidade para que os alunos indígenas pudessem ingressar numa escola adequada para seu povo, o que demandou uma procura maior de indígenas por cursos universitários.

Com os movimentos indígenas buscando o direito ao acesso às universidades a ampliação de acesso ao Ensino Superior

[...] teve início ainda na década de 1990, a partir das propostas de políticas de ações afirmativas adotadas pelos governos, pelas instituições de ensino e pelas iniciativas privadas. Algumas instituições de Ensino Superior, como a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, adotaram as chamadas políticas de interiorização de ensino e pesquisa, permitindo aos índios a oportunidade de participar dos processos seletivos. No caso da UFAM, trata-se de abertura de pólos universitários em alguns municípios estratégicos, em cujos espaços são oferecidos alguns cursos na modalidade de salas de extensão (LUCIANO,2006, p.162).

Atualmente a Universidade Federal do Amazonas tem dois cursos destinados exclusivamente aos povos indígenas que são Licenciatura Plena “Formação de Professores Indígenas e a Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e desenvolvimento Sustentável que já foram vários profissionais para atuarem na educação básica. Além da forma de ingresso diferenciado “cota” para os alunos indígenas, o que causa muitos embates entre alunos, professores e comunidade em geral sobre o direito de cota para as minorias desse país. Com isso concordamos com que afirma Gersem Baniwa sobre a política de cota.

Nosso entendimento é de que a discussão da proposta de cotas nas universidades passa necessariamente por uma opção político-ideológica da sociedade brasileira, ou seja, que tipo de sociedade se quer: culturalmente rica e plural, economicamente inclusiva e justa e socialmente pacífica e digna, ou culturalmente pobre e homogênea, economicamente excludente e miserável e socialmente injusta, escravista e violenta. O grande nó é que essa decisão teoricamente deveria ser da sociedade brasileira, mas na prática passa por uma minoria da elite que manipula a consciência da maioria, porque detém o poder político e econômico e todo o aparato instrumental à sua disposição, como os meios de comunicação de massa, a tecnologia e o próprio sistema educacional estabelecido (LUCIANO,2006, p.164).

Assim surgem os preconceitos que alguns indígenas carregam durante a sua passagem para a universidade, pois ouvem de outros colegas que so conseguiu entrar na universidade por causa da cota e isso finda por ferir sua capacidade de seguir os estudos depois do ensino médio devido a falta de estrutura nas aldeias.

### **3. BREVE CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL**

Podemos dizer que não existe um modelo, um objetivo e nem uma meta única sobre a escola indígena pois cada povo indígena idealiza historicamente sua escola e projeta-a segundo suas perspectivas de educação escolar, seja teórica, política e pedagógica de escola própria, específica e diferenciada, como definem as normas brasileiras.

Para algumas comunidades indígenas, a escola precisa estar mais direcionada ou focada para possibilitar o acesso a alguns conhecimentos da sociedade nacional como, por exemplo, a língua portuguesa, a matemática e a informática, que consideram estratégicos para atender suas necessidades práticas na defesa de seus direitos, outras preferem uma escola que esteja mais direcionada para revitalização, transmissão e valorização da cultura e identidade do povo.

Por isso é um equívoco avaliar uma experiência escolar de uma comunidade indígena a partir de determinados critérios teóricos, ideológicos ou pedagógicos, pois, a escola indígena representa hoje, de algum modo, uma resposta às demandas e necessidades reais e legítimas, no seu momento e contexto histórico.

#### **3.1 EDUCAÇÃO INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR**

O acesso dos indígenas ao ensino superior é um processo recente, porém significativo, entre as iniciativas de algumas universidades tem desenvolvido para promover a formação superior dos povos indígenas.

O número de ingressantes e concluintes indígenas nas universidades públicas e privadas do país aumentou significativamente no ano de 2016 em relação a 2015. De acordo com dados mais recentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número de alunos ingressantes cresceu 52,5% e o de concluintes, 32,18%.

Os progressos na Educação Escolar Indígena têm contribuído para que cada vez mais estudantes se interessem em cursar o nível superior. As ações afirmativas e as políticas específicas também protagonizam a boa notícia. No entanto, inúmeros são os desafios enfrentados para o ingresso e permanência na universidade.

Podemos afirmar que a questão da Educação Superior indígena no Brasil é ainda algo em fase inicial. Apenas na virada do milênio é que se constitui uma efervescência sociopolítica em torno dela. Mas todo esse contexto atual é reflexo de importantes relações construídas, sobretudo, ao longo da segunda metade do século passado que reflete o potencial das políticas de ações afirmativas para formação superior diante dos outros níveis de capacitação educacional, mas também que mostra certo investimento dos próprios indígenas no ensino superior como um meio fundamental de valorização de suas culturas, e de busca por sua autonomia política.

De acordo com o acadêmico indígena Gersem Baniwa, podemos considerar que são quatro as motivações pelo interesse de indígenas na formação superior. Primeiro, porque essa motivação reflete a incorporação de certos ideais da vida da sociedade moderna pelos indígenas. Segundo, devido ao próprio avanço do processo de escolarização em níveis anteriores ao ensino superior. Terceiro, pela necessidade de criar um diálogo menos verticalizado dos indígenas com a política pública nacional. Quarto, pela relação com a tomada de maior consciência dos povos indígenas sobre seus direitos de cidadania, que possibilitam seus projetos étnicos de futuro (Idem:199).

O número de ingressantes e concluintes indígenas nas universidades públicas e privadas do país aumentou significativamente no ano de 2016 em relação a 2015. De acordo com dados mais recentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número de alunos ingressantes cresceu 52,5% e o de concluintes, 32,18%.

Os progressos na Educação Escolar Indígena têm contribuído para que cada vez mais estudantes se interessem em cursar o nível superior. As ações afirmativas e as políticas específicas também protagonizam a boa notícia. No entanto, inúmeros são os desafios enfrentados para o ingresso e permanência na universidade.

Os estudantes indígenas formam o grupo com menor percentual de atendimento nas três principais políticas públicas de acesso ao ensino superior. Segundo os dados mais recentes do Censo da Educação Superior, 63% dos indígenas que estavam matriculados em 2016 não conseguiram vaga na rede pública, não foram selecionados para contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e nem para obter bolsas do Programa Universidade para Todos (Prouni) para custear faculdade privada.

O principal motivo do crescimento do número de indígenas nas universidades é a Lei de Cotas. As cotas da legislação federal são exclusivas para estudantes de escolas públicas e dentro de suas subdivisões há a categoria por etnia (pretos, pardos e indígenas).

De acordo com Novak (2007), se, por um lado, se reconhece como papel da universidade estabelecer os mecanismos de permanência e de integralização dos cursos de forma a garantir a qualidade da formação superior, por outro lado, aos indígenas cabe tanto lutar pela permanência nas IESs como dedicar-se empenhar-se pessoalmente nos cursos que escolheram, dialogando com esse universo, expondo suas ideias e conhecimentos nessa instituição, cuja dinâmica organizacional está em processo de conhecimento por estes indivíduos e pelas comunidades acadêmicas que os recebem. A partir desta inserção, estabelece-se o diálogo destes alunos com uma realidade cultural diferente da vivenciada até o momento, sobretudo quando são tratados como o outro, o desconhecido.

De acordo com Lima e Hoffmann (2007), as discussões sobre o Ensino Superior para indígenas emergiram apenas na segunda metade da década de 1990, marcadas basicamente por dois elementos. O primeiro deles refere-se à necessidade de cumprimento da educação diferenciada e bilíngue, presente na Constituição de 1988, que passou a requerer a atuação de professores indígenas, e com relação ao segundo elemento, destaca-se que a questão da luta pela terra, permeada por aparatos jurídicos (laudos, contra laudos, etc.) tem requerido maior formação científica das lideranças indígenas para melhor compreensão e atuação nessa área.

A presença de indígenas na educação superior é emblemática e provoca muitas reflexões. Uma delas é a de evidenciar e, ao mesmo tempo, tentar superar a preconceituosa ideia de que índios são apenas aqueles residentes em florestas, no meio do mato, em aldeias, conforme dita os meios de comunicação em massa e ainda os livros didáticos (LUCIANO, 2006). A presença dos acadêmicos indígenas revela a possibilidade de afirmação de sua atuação enquanto sujeitos históricos, epistêmicos e políticos, daí, sua dimensão afirmativa, sendo está caracterizada, fundamentalmente, numa perspectiva étnico-comunitária (AMARAL, 2010).

Para tanto, a política pública de educação superior indígena surgiu como uma necessidade produzida por estes povos e suas organizações políticas, inserida no contexto da sociedade capitalista e globalizada que, com o avanço das fronteiras urbanas e agroindustriais no país, passam a ofender e invadir os territórios habitados

historicamente por diferentes grupos étnicos indígenas, dizimando parte dessas populações e influenciando suas identidades culturais e seus modos de vida (PACHECO DE OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

Na conjuntura atual, essa ofensiva do modo de produção capitalista tem perpassado para além das fronteiras do território indígena de forma mais sutil, abstrata e fragmentada, isto é, as novas gerações desses povos vão cada vez mais adquirindo as referências e os valores desse mundo moderno (LUCIANO, 2006).

#### 4. METODOLOGIA

A pesquisa científica trata de elucidar um problema, por meio de uma metodologia que deverá responder suas indagações e construir nova realidade dentro de certos parâmetros. Esse trabalho é sempre vinculado ao campo teórico, não se faz pesquisa sem ensino, sem a condição de aprendizagem, e o campo liga a teoria com a prática, por isso nenhuma ação prática é desenvolvida sem uma ação teórica.

A problemática da pesquisa científica está relacionada com a vida cotidiana da sociedade, são necessidades humanas que emanam o conhecimento, a descoberta científica,

[...]ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na vida real, nela encontrando suas razões e seus objetivos (Idem, 2010. p. 16).

Nesta proposta optamos por trabalhar na perspectiva da pesquisa qualitativa, que segundo Godoy (1995, p. 62-63), possui algumas características como: o estudo empírico que deve ser observado e analisado no contexto em que esteja inserido é realizado no seu ambiente natural, pois os fatos sociais tem que ser observados e analisados dentro de seu contexto, por meio de contato direto, onde o pesquisador desempenha um papel fundamental na observação, seleção, consolidação e análise dos dados gerados

O pesquisador trabalha com diferentes tipos de dados existentes na realidade, pois são considerados importantes para a compreensão do fenômeno social em estudo, pode ser realizada entrevistas, reúne fotografias, desenhos e depoimentos e outros dados que ajudam na descrição do fato; considera que o trabalho deve ser realizado considerando a perspectiva que as pessoas envolvidas na pesquisa, devendo-se assegurar a fidedignidade desses dados obtidos, a análise dos dados obtidos é feita de forma indutiva e, durante este percurso, realiza-se a construção do quadro teórico, não existe a necessidade de formulação de uma hipótese anterior que necessite ser testada com a pesquisa.



Assim para a coleta de dados trabalhamos com entrevista narrativa, pois segundo GANCHO (1998) a narrativa é o instrumento tradicional de contar um acontecimento em forma sequencial, cuja natureza mais simples inclui começo, meio e fim, e tem contendo em estrutura, cinco elementos essenciais: o enredo (conjunto de fatos); as/os personagens (quem realiza a ação); o tempo (duração e época em que se passa a história); o espaço (lugar onde se ocorre a ação) e o ambiente (espaço constituído de características socioeconômicas, morais e psicológicas onde vivem as/os personagens).

Para a formulação da entrevista narrativa, a qual estamos propondo seguimos o modelo sugerido por JOVCHELOVICH e BAUER (2002), conforme abaixo. Para a realização desse tipo de entrevista é de fundamental importância que o informante seja esclarecido sobre o contexto da investigação e os procedimentos.

<b>Fases principais da entrevista narrativa</b>	
<b>Fases da entrevista</b>	<b>Narrativa para a entrevista</b>
Preparação	Exploração do campo. Formulação de questões exmanentes
Iniciação	Formulação do tópico inicial para narração. Emprego de auxílios visuais (opcional)
Narração central	Não interromper. Somente encorajamento não verbal ou para linguístico para continuar a narração. Esperar para sinais de finalização
Fase de pergunta	Somete “que aconteceu então?” Não dar opiniões ou fazer perguntas sobre atitudes, não discutir sobre contradições. Não fazer perguntas do tipo “por que”? Ir de perguntas exmanentes para imanentes

Fala conclusiva	Para de gravar. São permitidas perguntas do tipo “por que”? Fazer anotações imediatamente depois da entrevista.
-----------------	---

Fonte: Jovchelovich e Bauer (2002)

De acordo com os dados coletados e analisados durante o período da pesquisa pudemos perceber que o IEAA teve um grande número de indígenas matriculados no período de 2006/2018. Isso nos faz pensar sobre a importância do ensino superior para uma sociedade igualitária, ou seja, que não seja ofertada somente para uma minoria e sim todos.

A quantidade de alunos indígenas regularmente matriculados no IEAA é bem maior do que o esperado, pois como graduanda nunca identifiquei tantos alunos indígena no IEAA, como a maioria dos entrevistados disseram que o indígena não possui uma característica para se diferenciar dos demais acadêmicos dentro do espaço universitário a não ser que alguém pergunte ou eles mesmo por si falam de sua etnia.

Sabemos sim que o indígena não possui uma característica dele mesmo, por que nos dias de hoje as etnias já estão bem expandida pelo mundo, e não vive mais como antes ligado sem por cento a sua cultura, algumas aldeias ficam próximo a cidade e isso faz com que culturas e costumes se acabam ou se percam devido as novas tecnologias que o mundo nos oferece.

Podemos ressaltar também que existe uma dificuldade dos alunos declarados indígenas de assumir a sua etnia, pois alguns tem receio do que os colegas podem falar ou o medo de sofrer algum tipo de preconceito. Isso é o que acontece na maioria das vezes o medo da rejeição por ser indígena como a entrevistada (R) citou que tem medo devido um ocorrido recente na cidade onde mora atualmente.

Assim alguns não se assumem pois se sentem diferente por não possuir uma característica indígena e uma dificuldade de se adaptarem ao novo ambiente e ter que viver longe de seu povo da sua cultura, família e da cidade onde viveram a maior parte da sua vida.

A metodologia da pesquisa é pautada numa abordagem qualitativa, pois compreende que as relações sociais, políticas, educacionais e culturais estão inter-relacionadas e determinam a produção da vida (MINAYO, 2010). Para responder aos objetivos propostos estamos utilizando os seguintes instrumentos de coleta de dados: A entrevista narrativa, estudo bibliográfico e documental como forma de sustentar as análises dos referidos dados.

## **5. TRAJETÓRIA DOS ACADÊMICOS INDÍGENAS DO IEAA**

Para coleta de dados e análise dos resultados, buscou-se através de documentos os alunos atualmente matriculados no IEAA/UFAM de 2006/2018. Diante disto podemos perceber uma grande “falha” na adaptação destes alunos no instituto. Pois através das pesquisa realizada pode-se destacar a dificuldade dos alunos indidigenas falarem abertamente sobre sua origem devido ao medo de sofrer preconceito sobre sua origem ou etnia, assim muitos falam abertamente sobre suas origens sem medo outras já se sentem um pouco oprimidas para assumir abertamente e de espontânea vontade suas características indígenas.

Ao analisar a própria experiência relatada durante as entrevistas, os acadêmicos revelam e afirmam sua defesa de que toda a oferta da educação básica deve ocorrer nas escolas indígenas no interior das aldeias desde que seja garantida as condições de qualidade nos processos de escolarização, o que pode vir a assegurar identidade e pertencimento étnico aos alunos indígenas.

Isso revela a importância do papel da escola indígena em articular, na sua organização curricular, a socialização de conteúdos escolares de forma dialógica com os conhecimentos étnicos e tradicionais presentes na comunidade, possibilitando a estes últimos o seu reconhecimento, visibilidade e afirmação. O problema das populações indígenas no que se refere ao ensino superior não é de baixa escolaridade, mas do reconhecimento e promoção de valores e visões de mundo diferenciados. Não se trata, portanto, de inclusão social apenas e sim da construção de uma outra universidade.

A manutenção do vínculo universitário do estudante indígena ocorre pela apropriação de conhecimentos e técnicas aprendidas e socializadas junto aos professores e acadêmicos não indígenas durante o seu processo formativo, as quais podem ser apresentadas, disseminadas e utilizadas nas aldeias. Isso se expressa como se o conjunto de conhecimentos novos aprendidos durante a graduação credenciasse os estudantes indígenas diante de suas comunidades, potencializando e possibilitando respostas aos problemas e às dificuldades vivenciados cotidianamente.

De acordo com os dados analisados podemos destacar os seguintes dados abaixo:

**Tabela 1 - ALUNOS DECLARADOS INDIGENAS POR CURSO**

<b>DECLARADOS INDIGENAS</b>	
<b>CURSO</b>	<b>ALUNOS</b>
AGRONOMIA	14
ENGENHARIA AMBIENTAL	11
BIOLOGIA E QUIMICA	5
LETRAS	4
MATEMATICA E FISICA	12
PEDAGOGIA	6

Com relação ao número de alunos matriculados com autodeclaração de indígena, tenho o curso de Agronomia como maior índice de 27%, seguindo de Matemática e Física com 23%, Engenharia ambiental com 21%, essas escolhas podem estar relacionados com a própria cultura, pois o indígena tem relação direta com o meio ambiente natural e se interessa por questões ambientais. Com relação ao curso de Matemática e Física, pode estar relacionado com a grande deficiência de professores que dominem esses conteúdos específicos.

Veremos a seguir os dados referentes o acesso e permanência no IEAA:

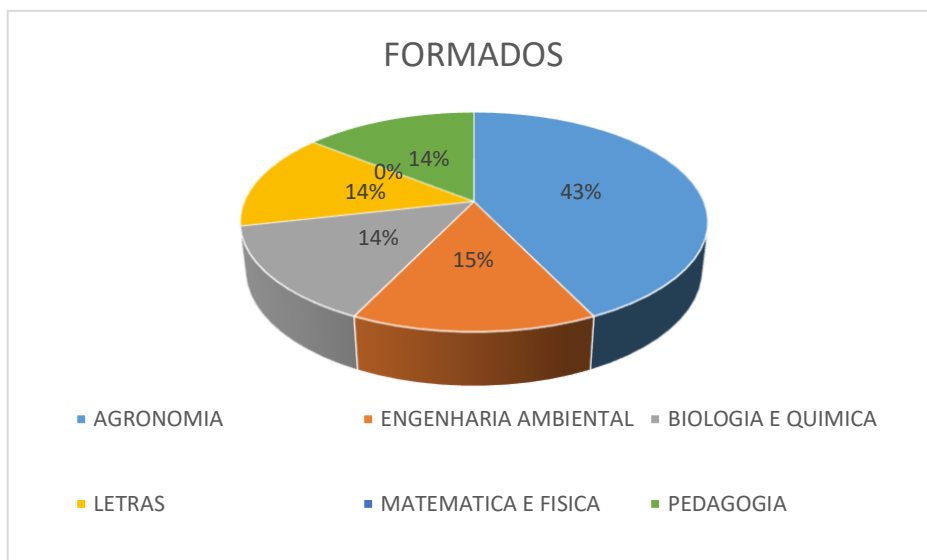
**TABELA 2. DOS ALUNOS FORMADOS, MATRICULADOS E JUBILADOS**

<b>SITUAÇÃO</b>	<b>ALUNOS</b>
FORMADOS	7
MATRICULADOS	27
DESISTENTES E JUBILADOS	22

Como podemos verificar é extremamente baixo, em contrapartida um alto índice de acadêmicos desistentes ou jubilados. Isso pode estar relacionado com a falta de apoio institucional para promover uma adaptação ao mundo acadêmico e políticas de inclusão que possa de fato favorecer a permanência desse estudante indígena no ambiente acadêmico.

Fazendo análise do percentual de alunos declarados indígenas que entraram na universidade entre 2006/2018, podemos perceber que teve um pequeno número de formandos com total de 13%, desistentes e jubilados 39% e cursando um número bem mais alto com total de 48%.

**Gráfico 3 - ALUNOS INDIGENAS FORMADOS POR CURSO**



Como podemos observar o curso que mais formou indígena durante esse tempo foi o curso de engenharia ambiental. Acredita-se que este número possa está ligado devido o curso está mais próximo a terra e materiais orgânicos. Isso pode ser uma questão a se pensar, pois está bem relacionado a cultura deles. Já o curso de matemática se destaca por não ter formado nenhum aluno entre 2006/2018.

**TABELA 3. ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS POR CURSO- SEM EVASÃO**

SEM EVASÃO	ALUNOS
AGRONOMIA	6
ENGENHARIA AMBIENTAL	7
BIOLOGIA E QUIMICA	2
LETRAS	2
MATEMATICA E FISICA	8
PEDAGOGIA	2

Observando os dados hoje dos alunos frequentes do IEAA podemos observar que os números entre agronomia e matemática tiveram uma mudada. Pois a maioria dos alunos frequentes hoje é do curso de matemática e física, e agronomia que teve um percentual maior de formando hoje está em terceiro lugar abaixo do curso de engenharia ambiental.

#### GRÁFICO 4. ALUNOS DESISTENTES E JUBILADOS POR CURSO



Durante esse tempo ouve também um grande número de alunos desistentes e jubilados, e isso nos despertou uma curiosidade em saber porque tem um número tão alto de evasão? Será que a o ensino não é satisfatório? A universidade não dá o apoio devido aos acadêmicos, tendo eles que lidar com as dificuldades de viver longe da família e superando seus desafios?

Diante da análise documental selecionamos alguns alunos para entrevista em busca de um real motivo que leva os alunos a desistirem ou permanecerem no ensino superior, buscando instigar para coletar informações para melhor compreensão da temática trabalhada.

Procurando saber sobre o contato com sua etnia, cultura, costumes e o que os levou a procurar um ensino superior, sabendo que muitos enfrentam uma grande dificuldade por ter que se ausentar de sua cidade para ir em busca de um sonho ou um desejo e muitas das vezes sem apoio algum.

A maioria dos entrevistados são descendentes de Apurinã uma comunidade que fica localizada próxima ao município de Lábrea no Amazonas, ao saírem de sua comunidade tiveram que enfrentam grandes desafios o principal foi o de adaptação

na cidade, onde tiveram que arrumar lugar para mora alugado por não ter parentes residentes aqui, assim tiveram que concorrer abolsas de estudos para se manter pois conciliar trabalho e faculdade é muito complicado ainda mais para quem mora em outra cidade. Alguns entrevistados além de receber a bolsa para se manter aqui na cidade ainda ajudam seus parentes que moram na comunidade pois tem muita dificuldade financeira, isso é um dos motivos que os levaram procura da formação do ensino superior, para conseguir um bom emprego e ajudar suas famílias.

A entrevistada (E) cita que tem um sonho de se formar e exercer sua formação, mas a um sonho maior em seu coração que é o de fazer outra faculdade de música.

De todos os entrevistados o único que frequenta com mais frequência sua comunidade é o entrevistado (S), ele cita que participa de muitos trabalhos comunitários para ajudar não somente a sua comunidade, mas também as mais carentes que necessitam de ajuda. Ele cita que gosta de ajudar pois com tanto trabalho da faculdade essa é uma maneira de ir com mais frequência em sua comunidade visitar seus parentes.

Segundo Silva “as mudanças nas condições de vida da população alvo, levando em consideração a relevância do programa de bolsa permanência como produtor dessas mudanças” (2001 p. 82-85). Nesse sentido a autora entende por impacto o resultado dos efeitos de um programa na população alvo. Já Roche (2002) sinaliza que impactos são as “mudanças significativas ou permanentes nas vidas das pessoas, ocasionadas por determinada ação ou série de ações”.

Desse modo, foi possível perceber que a bolsa permanência é visualizada pelos bolsistas como um incentivo para a permanência na universidade e como um complemento da renda, conforme sinaliza a fala a seguir:

*A bolsa é uma ajuda muito grande que a universidade nos proporciona, pois com ela consigo manter o aluguel da casa onde moro e ainda compro minhas apostilas. Como estudante, posso dizer que essa bolsa é uma maneira de incentivar o aluno, pois já dá pra ajudar de alguma forma minha família [...] posso dizer que só mudou pra melhor (Bolsista do Curso de Agronomia, 2019).*

Para os bolsistas a bolsa é um valor mínimo, compreendem que não conseguem dar conta de todas as suas necessidades, mas que contribui com uma



parte delas proporcionando um pouco de estabilidade para os mesmos e dessa forma podem contribuir com a família no sentido de minimizar as despesas.

Os bolsistas visualizam o benefício como uma ajuda da universidade e não enquanto um direito. É preciso que essa concepção seja desvelada, pois somente assim podem reivindicar pela melhoria dos serviços de assistência ao estudante e por outros programas de assistência estudantil.

Os bolsistas do programa evidenciam o que mudou na sua vida enquanto estudante desde que se tornaram bolsistas do programa:

*Primeiramente a motivação de estudar aumentou, pois com a contribuição do programa tornou-se mais fácil adquirir as apostilas, e em consequência disso às notas também vem melhorando (Bolsista do Curso de Pedagogia, 2019).*

*[...] pra mim essa ajuda que a bolsa proporciona já é uma mudança sem ela já teria ficado muitas vezes sem alimentação na minha casa (Matemática e Física, 2019).*

Diante da fala desses estudantes verifica-se que a bolsa além de possibilitar ao aluno o acesso ao transporte, também oportuniza a continuidade aos estudos através da compra dos textos para acompanhar as disciplinas e assim melhorar o rendimento acadêmico que se constitui como um dos impactos efetivos no cotidiano acadêmico dos bolsistas.

Os aspectos apresentados nesse trabalho refletem a possibilidade dos acadêmicos e profissionais indígenas tornarem-se cada vez mais sujeitos do seu processo formativo, tendo em vista as possibilidades que para eles se abrem na ocupação dos atuais e de novos postos de trabalho em suas comunidades de origem, em outras terras indígenas, na esfera municipal, estadual e federal, fundamentalmente na gestão das políticas públicas.

Trata-se não somente da constituição de novos circuitos de trabalho indígena, mas fundamentalmente, na possibilidade de construir, reconhecer e dar visibilidade à novas lógicas de gestão das políticas sociais públicas, mediadas por sujeitos pertencentes a diferentes grupos étnicos e que, mediados por seu duplo pertencimento, transitam por diferentes cosmologias e especificidades na organização social e política de suas comunidades. Importa revelar a emergência de um novo tipo de profissional que se reconhece indígena e que pode vir a assumir sua condição

enquanto intelectual orgânico de sua comunidade e de seu grupo étnico (PAULINO, 2008), se compreendendo e se reconhecendo em espaços contraditórios que não foram formatados para atender os interesses dos povos indígenas, mas que podem ser por eles ocupados e recriados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando assim diante das análises e todo o estudo feito durante o desenvolvimento dessa pesquisa e para a realização deste relatório podemos concluir que o indígena possui espaço muito pequeno nas IEEs pois para concorrer este espaço é preciso passar por, cota isso torna-se muitas vezes dificultoso, e a maioria das universidades ficam longe da sua comunidade, e para concorrer a essa cota e participar das bolsas de estudos para se manter tem que apresentar o RANI (Registro Administrativo de Nascimento Indígena) ou alguma declaração assinada pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) pois sem isso não poderão usufruir de seus direitos universitários.

O presente trabalho explicita que uma das marcas identitárias dos acadêmicos indígenas reside na sua capacidade de duplo pertencimento acadêmico e étnico-comunitário, buscando permanentemente superar as fragilidades impostas pelas precárias condições econômicas, pela limitada formação escolar básica, pela incipiente organização institucional das IES públicas, pelas perversas manifestações de preconceito vivenciadas, pela pedagogia universitária despreparada para as ações afirmativas, entre outros aspectos.

O acesso à educação superior já carrega em si uma história de discriminação, na qual se consta, como já mencionado, uma elitização desde a criação dos primeiros cursos superiores no período do Brasil Colônia. Embora em termos da legislação observem-se avanços relacionados à ampliação do acesso à educação superior e tenha-se assegurado na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) a educação como um direito de todos, o que também é reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – Lei 9394/96 (BRASIL, 1996), ainda assim o acesso é privilégio daqueles que têm melhores condições econômicas.

## REFERENCIAS

- AMARAL, Wagner R. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.
- BANIWA, Gersen Luciano. (2009), “**Indígenas no Ensino Superior: novo desafio para as organizações indígenas e indigenistas no Brasil**”. In: SMILJANIC, M. I. (org.); PIMENTA, J. (org.); BAINES, S. T. (org.). *Faces da Indianidade*. UNB. Curitiba-PR. p 187-202
- IBGE. Indígena 2010. Disponível em <https://indigenas.ibge.gov.br/> acessado em 23.08.2018
- GANCHO, CV. **Como analisar narrativas**. 5ª ed. São Paulo (SP): Ática; 1998.
- GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa – tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: ERA, v. 35, p. 20-29, maio/junho. 1995.
- LIMA, A.C.S. Educação Superior para Indígenas no Brasil: sobre cotas e algo mais. In: BRANDÃO, A.A. (Org.). *Cotas raciais no Brasil: A primeira avaliação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007, p.253-279. Coleção Políticas da Cor.
- JOVCHELOVICH; BAUER, MW. **Entrevista Narrativa**. In: Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes 2002.
- LIMA, A. C. S.; HOFFMAN, M. B. Povos Indígenas e ações afirmativas no Brasil. *Boletim PPCOR nº28*, 2006. Disponível em: <http://www.lppuerj.net/olped/acoesafirmativas/boletim/28/artigo.htm> Acesso em: 10 agosto 2018.
- LUCIANO Gerssem dos Santos. **O índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- MINAYO, M. C. **Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social**. In:\_\_\_\_\_. (Org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MUYLAERT, Camila Junqueira; et al. **Entrevistas Narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa**. Revista: Escola de Enfermagem-USP, 2014; 48(Esp2):193-199. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt\\_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf](http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf). Acessado em 21 de setembro de 2018.

NOVAK, M.S.J et AL (orgs). *Educação Superior Indígena no Paraná*. EDUEM: Maringá, 2010.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; FREIRE, Carlos A. da R. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: MEC/SECAD; LACED/ Museu Nacional, 2006.